

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra – MT: formando migrantes (1969-1973)

Carlos Edinei de Oliveira *

Resumo: O texto tem como objetivo analisar a proposta de formação do aluno e aluna migrante que ocorreu durante a ocupação migratória de Tangará da Serra – MT. A análise será construída tendo como referência principal o Regimento Interno do Ginásio Estadual de Tangará da Serra elaborado em 1969, com eficácia até 1975. Outras fontes históricas também servirão como elementos de comparações e análise para melhor compreensão da formação educacional que receberam os filhos (as) de migrantes na região sudoeste de Mato Grosso. O espaço em questão era o único da localidade, que poderia proporcionar o mais alto nível de instrução neste tempo de ditadura em Tangará da Serra – MT. A História Cultural constitui na baliza teórico-metodológica que permitiu o exercício frente às fontes documentais, em especial neste estudo, os documentos escolares.

Palavras-Chave – Migração – Educação – Regimento Escolar

Abstract: The text aims to analyze the proposal for education of migrant students that happened during the migratory occupation of Tangará da Serra – MT. The analysis will be built having as main reference the Internal Rules of the State Gym of Tangará da Serra planned in 1969, effectively until 1975. Other historical sources will also be useful as points of comparison and analysis for a better understanding about the educational training that the migrants' children received in the southwest region of Mato Grosso. This area was unique of the place, which could provide the highest level of education in the time of dictatorship in Tangará da Serra – MT. The Cultural History is in the theoretical and methodological goal that allowed the analysis front of documentary sources, especially in this study, the school documents.

Key-words - Migration- Education - Internal Rules

Introdução

A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava diretrizes e bases para a Educação Nacional estabelecia em seu artigo 43, que “cada estabelecimento de ensino médio disporá em regimento ou estatutos sobre a sua organização, a constituição dos seus cursos, e o seu regime administrativo, disciplinar e didático” desta forma, um dos documentos elaborado para a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi o Regimento Interno.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em 29 de novembro de 1968, através da Lei nº 2.876, publicada em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro

* Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (Campus de Barra do Bugres). Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso . Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do NEED/ UNEMAT. Contatos: c.edinei@terra.com.br

de 1968. Este estabelecimento de ensino surgiu devido ao grande número de migrantes que chegaram para a localidade denominada de Tangará da Serra.¹

A migração para a região sudoeste de Mato Grosso, foi motivada pela abertura da fronteira agrícola mato-grossense a partir de 1960, pela busca de uma vida de fartura pela família e em especial em torno do “ouro verde”. O café estimulou a migração rural-rural conduzindo mineiros, paulistas e paranaenses para o planalto do Tapirapuã, local em que se localiza geograficamente Tangará da Serra.

A chegada de diversas famílias a partir dos anos 60 do século XX fez proliferar um espaço urbano organizado pela Sociedade Imobiliária Comercial Tupã para a Agricultura – SITA, empresa responsável pela colonização de Tangará da Serra. Neste espaço foi organizada inicialmente uma escola rural, denominada de Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, esta escola posteriormente foi transformada em Escolas Reunidas de Tangará da Serra². Com o avanço do processo migratório e o aumento do número de alunos a comunidade se mobilizou para a organização do Ginásio Estadual de Tangará da Serra.

O processo de mobilização para a criação do Ensino Médio em Tangará da Serra contou com a liderança da Ir. Maria Monfort, delegada de Ensino³, Pastor Albino Ferraz⁴ e Antônio Hortolani,⁵ este grupo buscou o apoio de várias pessoas para ingressarem na luta pela criação do ensino ginásial em Tangará da Serra. A documentação para autorização da nova instituição educativa ficou sob a responsabilidade de José Onofre Batista⁶, que seguindo orientações da delegada de ensino, dentre todos os trabalhos burocráticos realizou o Regimento Escolar. As escolas como são instituições do estado, são organizadas burocraticamente, sendo o Regimento Escolar, o documento que “[...] tem relação direta e reguladora com os órgãos e serviços que compõe a estrutura da uma escola” (WATANABE, 1999:51).

O Regimento Escolar do Ginásio Estadual de Tangará da Serra será a fonte principal para a análise da proposta de formação do aluno e da aluna migrante em Tangará da Serra –MT, durante o período de 1969 a 1975. Na proposta de reconstruir com esta fonte em particular as

¹ Tangará da Serra foi emancipado em 13 de maio de 1976. Encontra-se localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso, conforme contagem do IBGE 2007 possui 76.657 habitantes.

² O Decreto nº 264 de 28 de junho de 1967 elevou à categoria de Escolas Reunidas as Escolas rurais, mistas, de “Nova Olímpia” e “Tangará” ambas no município de Barra do Bugres. Diário Oficial de 28 de junho de 1967.

³ A Ir. Maria Monfort de Jesus Hóstia era irmã da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição foi madre provincial da congregação em Mato Grosso de 01 de janeiro de 1966 a 01 de janeiro de 1972, e madre geral da Congregação em São Paulo de 1973 a 1984, em Mato Grosso era delegada de ensino, responsável pela Delegacia de Rosário Oeste, cuja jurisdição chegava até Tangará da Serra.,

⁴ Pastor da Igreja Batista de Tangará da Serra.

⁵ Gerente da empresa SITA, que colonizou Tangará da Serra.

⁶ Mineiro, filho de agropecuarista em Tangará da Serra, José Onofre foi secretário do Ginásio Estadual de Tangará da Serra de 1969 a 1975.

representações do cotidiano estudantil do ginásio estadual a baliza teórico-metodológica a ser utilizada será a história cultural.

Em termos gerais, pode se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2005:42).

A história do passado recente⁷ a ser investigada se fará através da utilização também de fontes orais e de outras fontes escritas que consolidam a existência do Ginásio Estadual de Tangará da Serra de 1969 até 1973, quando tem seu nome alterado para Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Tangará da Serra através do Decreto nº 1.542 de 10 de julho de 1973⁸.

1. O Documento

O Regimento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra é um documento de 41 páginas, datilografado em papel ofício com data de 20 de setembro de 1969. O regimento foi elaborado após o início do ano letivo, pois, as aulas do ginásio estadual de Tangará da Serra começaram a funcionar em 18 de março de 1969, logo depois da realização do exame de admissão que ocorreu no período de 11 a 14 de março de 1969, tendo 58 candidatos, sendo que nenhum candidato foi reprovado.

O documento é composto por 155 artigos distribuídos em títulos e capítulos conforme a tabela a seguir:

⁷ O conceito de passado recente é pensado a luz de Franco e Levín (2007).

⁸ Este decreto foi publicado no Diário Oficial de 23 de julho de 1973.

Tab. N.º01 – Títulos e capítulos do Regimento Interno do Ginásio Estadual de Tangará da Serra

Títulos	Capítulos
1. Denominação Propriedade e Fins	
2. Do Patrimônio	
3. Da Organização e dos Cursos	1. Da organização
	2. Dos cursos
	3. Do horário
	4. Do calendário escolar
4. Do Regime Escolar	1. Do Currículo
	2. Da matrícula
	3. Do calendário da matrícula
	4. Da avaliação do rendimento escolar
	5. Do exame final
	6. Exame de segunda chamada
	7. Exame de segunda época
	8. Exame de admissão
	9. Da revisão das provas
	10. Da transferência
	11. Da frequência
5. Da Administração do Estabelecimento	1. Da diretoria
	2. Do conselho de professores
	3. Da inspeção
	4. Da secretaria
	5. Dos auxiliares administrativos
	6. Da inspetoria de alunos
	7. Da portaria
	8. Da zeladoria
	9. Do corpo docente
	10. Dos direitos e deveres dos professores
	11. Do corpo discente
6. Das Penalidades	1. Dos funcionários
	2. Dos alunos
7. Da Vida Escolar	
8. Da Escrituração e arquivo	
9. Da Biblioteca	
10. Das Disposições Transitórias	

FONTE: GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA, Regimento Escolar, 1969.

O Regimento Escolar, conforme registro em sua última página foi referendado pelo conselho de professores, cuja presidência era do diretor Albino Ferraz, e os demais professores membros: Pe. Edgar Henrique Mueller, Ir. Maria Laura Hansel, Francisco Ciro Leite, Ciro Cândido de Freitas e Emílio Fernández López.

O Regimento Escolar em análise foi elaborado sobre a égide da Lei 4.024/61, porém em um momento de consolidação da ditadura militar brasileira, cujo Ato Institucional nº 05 (13/12/1968) dava poderes supremos ao presidente da República. O Brasil passa a ser governado pelos militares e utilizar o poder para o exercício da repressão estava em vigor. O Regimento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra tem sua eficácia neste momento político de ditadura militar e de transição da Lei 4.024/61 para a Lei 5.692/71, porém, com a eficácia da nova lei da educação nacional, esta instituição de ensino, é elevada a Escola Estadual de 1º

e 2º Grau de Tangará da Serra havendo a necessidade de uma readequação regimental, que ocorreu apenas em 1973.

2. Leitura e análise do documento

O Ensino Médio, de primeiro ciclo, ministrado pelo Ginásio Estadual de Tangará da Serra tinha como finalidade, contribuir na formação da personalidade do educando dando prosseguimento ao ensino primário, acentuar os valores morais, cívicos e humanísticos, compreender o papel da ciência e da técnica no mundo moderno, porém a maior ênfase estava na formação moral e cívica do estudante.

Esta formação moral e cívica era de caráter efetivo no currículo real do ginásio, pois no conjunto de professores, selecionados para ministrar aulas no ensino médio, estava Albino Ferraz, diretor do ginásio estadual, professor da disciplina de português e pastor da Igreja Batista. Ele era habilitado em Letras. As disciplinas de história e religião eram ministradas pelo padre Edgar Henrique Mueller, a Irmã Maria Laura Hansel (Ir. Myriam) ministrava aulas de geografia.⁹ Estes professores, conforme relatos de ex-alunos discursavam muito sobre a moral e o civismo em sala de aula.

Outros professores também eram responsáveis pela difusão das ciências e dos bons costumes na escola. Ciro Cândido de Freitas, professor de matemática exercia em Tangará da Serra, a profissão de mecânico e funileiro. Emílio Fernández Lopez, professor de Ciências e também trabalhava na SITA. A Educação Física ministrada apenas na 5ª série do período diurno de 1969 era ministrada pelo policial civil Francisco Ciro Leite. Neide Parada de Oliveira era professora de Educação Técnica Manual não exercendo outra atividade remunerada.

O Ginásio Estadual quando instalado em 1969, funcionava em uma casa cedida pelo gerente da SITA, senhor Antônio Hortolani. O ginásio ficava na atual Avenida Brasil, em 1969, era usada apenas uma sala de aula, funcionando uma quinta-série no período matutino e outra no período noturno. Em 1970, após a construção de duas salas de madeira em anexo ao Grupo Escolar de Tangará da Serra, o ginásio transferiu suas atividades para este espaço, permanecendo até 27 de março de 1971, quando, um prédio em alvenaria, exclusivo para o ginásio estadual foi inaugurado.

O patrimônio do Ginásio Estadual era de responsabilidade do diretor da instituição e poderia ser conseguido através de recursos dos poderes públicos, de entidades privadas ou de

⁹ As disciplinas lecionadas pelos professores citados referem-se ao ano de 1969.

pessoas físicas. O ginásio poderia dispor de renda própria, e esta deveria ser destinada à aquisição de material didático, a compra de equipamentos para a escola e também à assistência aos alunos reconhecidamente carentes de recursos financeiros. Esta renda própria da escola era adquirida através de promoções realizadas como festas, apresentações teatrais, dentre outras, para angariar recursos para a manutenção e desenvolvimento de outras atividades educativas.

Em 19 de junho de 1971, o então diretor José Gonçalves Capucho fez o seguinte registro no livro de registro de ponto diário de aulas dos professores, para justificar a dispensa das aulas, em benefício da própria escola. “Foi dispensado às duas últimas aulas de hoje, por motivo de teatro do primário, sendo este em benefício à fanfarra” (GINÁSIO...,1971).

O Ginásio Estadual funcionava em regime de externato para ambos os sexos. Sua organização administrativa era formada por: diretor, conselho de professores, corpo docente, corpo discente, secretaria e auxiliares administrativos, inspetoria de alunos, portaria e zeladoria. A autoridade máxima da escola era o diretor, outras decisões também poderiam ser tomadas pelo conselho de professores.

O currículo do curso ginásial foi aprovado em 07 de fevereiro de 1968, pelo Conselho Estadual de Educação e homologado pela Portaria nº 55 de 28 de fevereiro de 1968, publicada em Diário Oficial em 06 de março de 1968. A grade curricular era composta de quatro núcleos de disciplinas: o primeiro, disciplinas obrigatórias do Sistema Federal: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências; no segundo os das Disciplinas Complementares, estudava-se Organização Social e Política Brasileira e Desenho; o terceiro núcleo, das disciplinas optativas, era formado pelas disciplinas de Inglês e Educação Artística; e o último núcleo formado pelas Práticas Educativas, composto pelas seguintes disciplinas: Religião, Educação Técnica Manual, Educação Artística e Educação Física.

A disciplina de Educação Artística aparece em dois núcleos diferentes, porém em cada núcleo é oferecida em séries diferentes. Hierarquicamente a grade curricular tem como disciplinas de maior número de aulas semanais somando as quatro séries do ensino ginásial, a disciplina de Português com 20 aulas¹⁰, em seguida a disciplina de Matemática com 16 aulas, as disciplinas de História, Inglês, Educação Artística, Educação Física com oito aulas, em seguida Geografia e Ciências com seis aulas, enquanto que OSPB, Desenho, Religião, Educação Técnica Manual com quatro aulas.

¹⁰ Atende o dispositivo do Artigo 40 da Lei 4.024/61.

O Regimento Escolar expressa a necessidade de evitar no horário escolar à composição de aulas geminadas, com uma durabilidade de 50 minutos, as aulas das mesmas disciplinas deveriam ter um intervalo de 48 horas. O intervalo para o recreio era de 30 minutos. A disciplina em relação ao horário e a pontualidade às aulas eram controladas pelo inspetor de alunos e também pelo secretário do ginásio estadual (BATISTA, 2009). O calendário escolar no regimento estabelece 200 dias letivos de aulas efetivamente dadas, portanto, na Lei 4.024 estabelece em seu artigo 38, um total de 180 dias letivos. Todo o mês de julho era reservado para férias escolares.

Em observação, ao livro ponto diário dos professores, percebem-se muitos dias letivos que foram registrados, porém não ocorreram aulas. No período noturno, em especial, o número de aulas dadas era mais reduzido devido à ausência de luz termoelétrica, que era fornecida até 1971 por um motor termoelétrico instalado na casa do senhor Sílvio Paternez. A partir de 1971, foi instalado um motor a diesel no Ginásio Estadual, que segundo testemunho de Grácia Paternez Pereira, ficava constantemente com problemas.

O ingresso no Ginásio Estadual era feito através da matrícula, durante os meses de janeiro e fevereiro, sendo até 1971 a obrigatoriedade da apresentação da comprovação do certificado no exame de admissão, dentre outros documentos escolares e civis conforme a idade do aluno. Exigia-se também: requerimento de matrícula dirigido ao diretor, duas fotografias 3x4, uma pasta individual, uma caderneta escolar e declaração de confissão religiosa do aluno, firmada pelo pai e responsável, quando menor. O modelo das declarações era fornecido pelo estabelecimento de ensino.

Caso o aluno tivesse reprovado no ano letivo anterior, só faria a matrícula novamente, caso houvesse vaga e também a direção deveria concordar com a renovação da matrícula, depois de observar a vida escolar progressiva do aluno. No período de matrícula havia uma hierarquia para sua realização que consideravam inicialmente aptos para a matrícula os candidatos aprovados no exame de admissão, pela ordem de classificação, depois os aprovados em outros estabelecimentos, em seguida os repetentes e por último os transferidos.

As salas de aula eram formadas com no máximo 50 alunos. Como Tangará da Serra recebia migrantes constantemente, sempre novas turmas eram formadas, ficando fora da escola, apenas aqueles alunos que chegavam à localidade no curso do ano letivo sem transferência escolar.

O rendimento escolar era avaliado através de realização de trabalhos escolares, testes, argüições, pesquisas e provas. O regimento escolar determina que o professor avise com 48 horas de antecedência a aplicação de provas aos seus alunos, que não dê à prova um caráter de

solenidade, para evitar nervosismo nos alunos, recomenda também que o professor elabore as provas em conformidade com o conteúdo trabalhado, que respeite o tempo para sua execução e que sejam elaboradas com objetividade. O Regimento é enfático, ao afirmar que o professor não poderá diminuir notas de alunos por motivos de comportamento.

A média final de cada disciplina era obtida através da soma das sete notas mensais, mais a nota da prova final, multiplicado por três, e depois toda a soma era dividida por 10. Caso o aluno não fosse aprovado, ele poderia realizar a prova de exame de segunda época. A média para a segunda época era soma das sete notas mensais, mais a nota do exame de segunda época, multiplicado por três, e depois toda a soma era dividida por 10. Os alunos que tivessem 49 pontos ou mais na soma das notas mensais de cada disciplina e que freqüentasse 75% das aulas dadas na disciplina eram dispensados da prova de exame final daquela disciplina.

A prova de exame final era realizada para cada disciplina, com uma durabilidade de 90 minutos por disciplina, de forma escrita, planejada e de caráter objetivo. A prova deveria versar sobre todo o conteúdo ensinado na disciplina durante o ano letivo. As provas finais eram prestadas perante uma banca examinadora, formada pelo professor da disciplina e integrada por dois professores do estabelecimento de ensino designados pelo diretor. Para prova de Português estabelecia-se a obrigatoriedade do exercício de redação e os erros de português deveriam ser objetos de correção em todas as provas de exame final.

Para o ingresso na primeira séria do ciclo ginasial, do Ensino Médio, a Lei 4.024/61 previa em seu artigo 36 que dependia da aprovação do estudante no exame de admissão. Este exame era a prova de demonstração de satisfatória educação primária. Conforme o Regimento do Ginásio Estadual os exames de admissão eram realizados em duas épocas, nos meses de dezembro e fevereiro.

Para inscrição no exame de admissão era exigida a seguinte documentação: requerimento em modelo oficial; certidão de nascimento ou carteira de identidade para comprovar a idade, pois o candidato deveria ter 11 anos de idade ou completar 11 anos até 31 de dezembro do ano do exame; provas regulamentares de sanidade física e mental e de imunização anti-varíola recente e outras provas que as autoridades sanitárias julgarem necessárias; certificado de conclusão do curso primário. Os maiores de 18 anos deveriam apresentar prova de quitação eleitoral e prova de quitação de serviço militar para os homens. Os alunos faziam provas de exame de admissão das disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil, Geografia do Brasil. Este exame tornava-se um impedimento para a continuidade dos estudos, em especial para aqueles alunos que tinham estudado em regiões rurais, cujo ensino não apresentava a qualidade necessária para aprovação no exame.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra era administrado pelo diretor, nomeado pelo governo do Estado de Mato Grosso, escolhido dentre os professores efetivos do estabelecimento de ensino. Para auxiliar o trabalho do diretor, também havia um vice-diretor, que o substituíria em sua ausência. Toda a responsabilidade da escola estava sobre o diretor. Em Tangará da Serra, mesmo o regimento prevendo, como não havia professores efetivos, os diretores eram contratados pelo Estado de Mato Grosso, sempre exercendo a dupla função de diretor e professor ao mesmo tempo.

O Conselho de Professores, depois do diretor, era o órgão máximo da escola. O conselho era formado por um professor de cada disciplina e presidido pelo diretor. E tinha diversas atribuições como: emitir parecer sobre qualquer assunto de ordem didática ou disciplinar, organizar comissões para discutir assuntos de interesse do ginásio, reavaliar o rendimento escolar do aluno emitindo parecer sobre o resultado final do aproveitamento escolar e propor modificações no Regimento Escolar.

Em relação ao papel do professor registrado no Regimento Escolar observa-se que deveria respeitar-se as regras da escola, fazer-se respeitado, manter boa disciplina em sala de aula, fazer corretamente e diariamente as escrituras de suas aulas, participar dos cursos de aperfeiçoamento, estar presente nas solenidades cívicas, repor ausências em aulas, dentre outras.

Para o aluno, o Regimento Escolar reserva dois direitos, o de receber adequada orientação e o de poder frequentar além das aulas da série, as sessões destinadas a trabalhos complementares, a participar de excursões de atividade esportivas e de poder utilizar a biblioteca da escola. Portanto, em relação aos deveres, são 18 itens a obedecer e 20 proibições. Dentre os deveres estão desde acatar a autoridade do diretor, professor, secretário e demais funcionários da escola, usar diariamente o uniforme, apresentar-se com asseio e alinhado, levantar-se em classe à entrada e saída do professor, do diretor, de autoridade de ensino ou de visitantes, dentre outros deveres. Em relação às proibições estão às questões relacionadas à entrada e saída da sala de aula sem a permissão do professor, distrair a atenção do colega durante a aula, usar o nome do estabelecimento sem autorização do diretor, desacatar a autoridade do diretor, do professor, formar grupos e promover algazarras nos corredores, e outras questões de ordem moral.

Caso alguma regra deixasse de ser cumprida, tanto para professores, funcionários e alunos, estava previsto no regimento as penalidades. Para funcionário e corpo docente segue a ordem de: advertência, suspensão de 15 dias, suspensão por mais 15 dias e exoneração. Enquanto os alunos eram passíveis das seguintes penalidades: admoestação simples e

repreensão em aula pelo professor, expulsão da sala de aula pelo professor, repreensão reservada, oral ou escrita pelo diretor, suspensão de um a três dias e cancelamento da matrícula com expedição da transferência. Segundo relatos, era comum observar fixadas nos murais da escola as suspensões dos alunos.

Na leitura do Regimento Escolar percebe-se também a preocupação com a biblioteca da escola e com o desenvolvimento de atividades sociais, como a Associação de Pais e Mestres e a formação do Grêmio Estudantil.

Considerações Finais

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado a partir das necessidades da própria comunidade local, enfrentando todas as dificuldades para seu funcionamento. Não havia professores habilitados, espaço escolar organizado e nem material didático disponível. Porém, havia filhos e filhas de migrantes dispostos a continuar seus estudos. Desta forma, um grupo de pessoas interessadas e de lideranças locais, se organizaram para que esta unidade de ensino fosse criada e pudesse atender os anseios das famílias migrantes, que foram motivadas em sua movimentação para Mato Grosso na garantia de oferecer um futuro melhor para seus filhos, e a educação para eles seria um dos caminhos para a construção de uma vida mais próspera.

Os alunos e alunas migrantes segundo a representação do Regimento Escolar e de outras fontes tiveram uma formação ginásial em Mato Grosso em sintonia com a Lei 4.024/61 e depois vivenciaram a transição para a Lei 5.692/71. Embora em tempos de ditadura e de um regimento muito marcante no aspecto disciplinar a prática cotidiana escolar era menos impositiva. A rigidez do complexo avaliativo era quebrada com a oportunidade de refazer os exames finais em segunda época, e o exame não era o único elemento que garantia a promoção para a série seguinte.

Como o Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em parceria com a comunidade, em seus primeiros tempos 1969 a 1973, poucos foram os conflitos vividos entre seus agentes, as questões maiores a serem resolvidas seria fazer com que a instituição pudesse existir frente ao abandono do poder público e das dificuldades em que uma localidade de colonização recente em uma fase inicial enfrentava, uma delas era a de garantir educação para crianças, jovens e adultos que dia após dia chegavam a Tangará da Serra.

Referências

BATISTA, José Onofre. Entrevista com o secretário do Ginásio Estadual de Tangará da Serra no período de 1969 – 1975. Cuiabá, 28 fev. 2009.

BRASIL. Lei n.4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em;
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102368>. Acesso em: 10 abr. 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Beltrand do Brasil, 1990.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In:_____. *História reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 31-66.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. *Livro de registro diário de aulas dos professores do Ginásio Estadual*. Tangará da Serra, 1971.

_____. *Regimento Escolar*. Tangará da Serra, 1969. (Mimeograf.).

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Fernand Braudel, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Tangará da Serra-MT: uma história de colonização privada. In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/ Carlini & Caniato, 2008. p.181 – 204.

PEREIRA, Grácia Paternez. Entrevista com aluna da primeira turma do Ginásio Estadual. Tangará da Serra. 16 jan. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jataí. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WATANABE, Tsutaka. *O papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública*. Campinas, 1999. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.